

Assembleia Municipal de Lagos

Declaração de Voto

Reunião de 27-12-2020

Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Económico de 2022

Preâmbulo

Todos os anos somos levados a refletir sobre os destinos do nosso Município, os objetivos e as condições económico-financeiras inerentes às metas que queremos atingir. Mais uma vez, enquanto membros da Assembleia Municipal pelo movimento Lagos Com Futuro, continuamos a apresentar as nossas propostas, a maior parte delas reincidentes, sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento 2022.

O reforço e o prestígio do poder local só se constroem plenamente em ambiente democrático, respeitando a oposição como forma de respeitar os eleitores que nela depositaram a sua confiança. Neste sentido, todos somos Lacobrigenses e todos procuramos o melhor para a comunidade. É sinónimo de inteligência ouvir, discutir, valorizar e efetivar as propostas de outros quando se revelam benéficas para o coletivo. E não se trata apenas de cumprir o protocolo legal convidando as forças políticas a pronunciarem-se um ou dois meses antes da votação destes documentos quando na verdade estes já estão praticamente fechados. Trata-se sim de uma verdadeira e séria prática democrática chamando as forças políticas a trabalhar no próprio documento ao longo do seu processo de construção. E isto não tem acontecido, infelizmente.

É nossa opinião que a gestão política camarária, de que o Sr. Presidente é o representante máximo, tem usufruído de uma oposição construtiva nos últimos anos que tem vindo a apresentar propostas, recomendações, sugestões e análises críticas construtivas, nos diferentes órgãos autárquicos no sentido de melhorar a vida da comunidade e o ambiente político, dando uma imagem institucional de maior credibilidade.

Para a comunidade, o desafio agrupa-se na necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mudança.

Assim o novo paradigma que se deveria pretender implementar, assenta numa nova visão, do que deve ser o novo Poder Local, assumida quer pelos “novos” gestores políticos, quer também pelas populações. É fundamental fazer dessa reflexão, um ponto de partida para as soluções, que podem melhorar o Poder Local. É fundamental ser criada uma nova conceção de cidade e de comunidade que se quer inovadora e integradora e que permita atingir novas performances, necessárias para a mudança de paradigma.

As autarquias devem conhecer os seus próprios pontos fracos e fortes, as suas oportunidades, ameaças (através da realização de uma análise SWOT), de forma a que possam traçar um plano de ação destinado a “vender” a sua imagem e os seus produtos de qualidade. Isto significa uma mudança radical de comportamento.

Por outro lado, cada vez mais, os habitantes participam na “vida” do município, pelo que emergem movimentos de cidadania, procurando ajudar e cooperar na criação de soluções para o desenvolvimento autárquico. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade e aceite pelos munícipes.

As autarquias têm de ser reinventadas. As organizações que serviram no passado encontram-se hoje, em geral, com necessidade de serem repensadas estrategicamente. Os executivos/partidos eleitos nos últimos anos não podem continuar a ter uma conduta política orientada, sobretudo, para a sua auto preservação no poder, como forma de investirem mais em si próprios do que no interesse público. Há novas missões, novos desafios que obrigam os líderes a pôr em causa os processos e as estruturas organizacionais tradicionais e anacrónicas.

Nesse sentido, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento assumem uma importância acrescida no sentido de ser iniciado o processo de “mudança” através da assunção de um olhar novo e diferente perante os problemas que se apresentam a uma autarquia na atualidade, na aldeia global em que vivemos, num mundo em constante mutação e onde todos “competem” entre si, inclusive as autarquias.

Grandes Opções do Plano e Orçamento

1. As Grandes Opções do Plano e Orçamento são os documentos mais importantes da vida da autarquia e são elaborados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, com instruções e orientações políticas. Algumas sugestões e críticas construtivas aqui apresentadas aos documentos, não têm cariz redutor, mas têm como objetivo único o de contribuir para melhorar as matérias autárquicas em apreço, nomeadamente a sua redação e, conseqüentemente, as estratégias nelas contidas bem como a otimização da sua operacionalidade. No entanto temos a plena convicção que estes documentos são apenas e só inspirados no programa eleitoral do PS. A abertura às propostas da oposição é mínima, se não mesmo nula em determinados anos;
2. Um orçamento, para o Município de Lagos que atinge um valor de **72.996.091,00 euros** (mais 10% que em 2021) é o proposto para o ano de 2022, a que se irá somar, mais tarde, o resultado da gerência do exercício de 2021, que será provavelmente superior a 30.000.000,00 euros. Na prática o orçamento rondará os **105.000.000,00 euros**;
3. Verifica-se um aumento muito significativo das receitas municipais, por via da arrecadação de impostos, ano após ano, desde 2014, com o qual nos devemos congratular. Um orçamento significativo a nível regional (deverá ser o segundo maior orçamento a nível regional) e mesmo a nível nacional, para autarquias com a dimensão da nossa. Somos uma autarquia rica, e ainda bem, e, nestas condições, teremos que saber investir bem o dinheiro;
4. Temos conseguido este excelente desempenho, por força da arrecadação de impostos nos últimos anos;
5. Na leitura do Documento das Grandes Opções do Plano, consideramos que existiu a intenção de lançar uma rede vasta sobre muitas matérias Municipais, que certamente será de todo impossível concretizar e que implicará, uma vez mais, uma fraca execução orçamental à imagem do que tem acontecido nos últimos anos e muito provavelmente também acontecerá no ano de 2022. No entanto, muito ficou

por considerar, nomeadamente propostas e Moções que foram apresentadas por Lagos Com Futuro e votadas por unanimidade, na Câmara e na Assembleia Municipal, mas que não constam nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento;

6. Em nossa opinião não se trata de lapso ou esquecimento mas de uma estratégia que consiste em minimizar o valor do trabalho da oposição, porque não nos parece que seja só a nossa força política a sofrer com esta forma de atuar, mas também outras forças políticas, o que é, sem dúvida, inaceitável em Democracia;
7. Em nossa opinião, o documento das Grandes Opções do Plano contempla intenções de investimento com propostas, que serão impossíveis de executar num mandato autárquico, talvez num espaço temporal de 10/12 anos, seria possível executar as intenções redigidas no documento;
8. Pese embora considerarmos, que são descritas neste documento, muitas propostas que poderão, algumas delas serem exequíveis, muitas são meras virtualidades, que ficam certamente bem para quem lê o documento superficialmente, mas que, lido e analisado aprofundadamente e na sua íntegra, facilmente se conclui que dificilmente essas propostas serão implementadas, o que aliás tem sido provado com as baixas taxas de execução orçamental verificadas nos últimos quatro anos;
9. Não esqueçamos que este documento é intitulado as GOP e o Orçamento para 2022 e não as GOP e o Orçamento para os anos de 2022 a 2032, porque é realmente o que parece, dada a extensão das GOP e o número de intenções/propostas, sem existir correspondência nas verbas do orçamento, mas que ano após ano o executivo do PS continua a colocar em prática falaciosamente;
10. Assim fica por explicar para o ano de 2022, como é que os objetivos definidos no documento das GOP, irão ser concretizados em termos financeiros e quais as diversas rubricas do orçamento, onde vão ser alocados esses gastos. Não basta referir que vamos concretizar um conjunto de situações sem as quantificarmos,

aguardando para ver se é possível integrá-los no orçamento. Em resumo, não é compreensível a forma como se quantificam os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano bem como o transporte desses montantes para o Orçamento, os quais deveriam estar umbilicalmente ligados. Se existisse correspondência entre ambos os documentos, facilmente se constataria que o documento das GOP é apenas, um documento falacioso de má propaganda política, refletindo neste caso falta de seriedade, porque nunca irá ser concretizada no ano de 2022;

11. Aliás, este documento deveria ser redigido de maneira que a sua forma e o seu conteúdo fosse acessível, na sua compreensão, a qualquer cidadão com inteligência média, que fosse capaz de o ler, interpretar e compreender o descritivo (GOP) com o amontoado de verbas inscritas no orçamento e a relação entre ambos os documentos. Contudo, temos a certeza que estes documentos, que deveriam ser transparentes e compreensíveis, foram construídos segundo orientações políticas taticamente para complicar e acabam por ser um autêntico quebra-cabeças para qualquer cidadão e para a grande maioria dos eleitos locais em que também nos incluímos;
12. Por cada medida definida nas GOP deveria ser identificada qual a rubrica do orçamento correspondente. E deveria existir uma correspondência entre o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento, que também não conseguimos descortinar;
13. Estes dois documentos, as GOP e o Orçamento, que inclui as PPI, deveriam ser dois irmãos gémeos, mas quem os lê não encontra qualquer ligação que seja inteligível entre ambos. Vejam-se os seguintes casos;
14. No Eixo I - **Aumentar e Reabilitar a Oferta Habitacional do Município**, é referido o que a autarquia pretende fazer na área da oferta habitacional. Só agora, passados que são muitos anos sobre a identificação de um problema que aflige o Município, finalmente a Autarquia deu os primeiros passos para tentar resolver este grave problema social, que tanto tem afetado os nossos Municípios, por falta de

investimento, quer público, quer de privados, na construção de casas para compra a preços controlados e casas para habitação social e ainda para arrendamento. Tudo isto, devido à falta de uma visão estratégica dos gestores políticos da nossa Autarquia, que durante muitos anos não se preocuparam com estas situações;

15. Nas grandes opções do Plano no item dos “Eixos de desenvolvimento para o Município de Lagos” é referido a intenção da construção de 400 novos fogos de habitação Municipal, no entanto quando se consulta o Plano Plurianual de Investimentos, constata-se que estão consideradas verbas suficientes para a construção de fogos nos próximos anos, do seguinte modo: 1) 17 fogos estão a ser construídos em Sargaçal e Bensafirim; 2) Cerca de 100 fogos a construir na urbanização Chesgal; 3) 12 fogos a construir no lote 14 da urbanização Chesgal, num total de 129 fogos;
16. Estão ainda referidos no Plano Plurianual de Investimentos, mas sem verbas atribuídas para a construção de fogos, nos seguintes locais: 1) Cerca do cemitério 12 fogos, mas apenas considerado a verba de 43.000,00 euros que julgamos serem para projetos; 2) 6 fogos em Barão de S. João, mas apenas considerado a verba de 33.800,00 euros, que julgamos ser para projetos; 3) 50 fogos em Santo Amaro, onde apenas estão considerados 175.000,00 euros, que julgamos serem para projetos;
17. Conclui-se que, por um lado, na campanha eleitoral do PS foi prometida a construção de 400 novos fogos, e consta essa intenção nas GOP, mas efetivamente o Plano Plurianual de Investimentos apenas considera verbas para a construção de 139 fogos e ainda a intenção de construir mais 68 fogos mas, na verdade, não existem verbas para a construção;
18. Conclui-se também que a promessa eleitoral dos 400 fogos, foi apenas mais uma promessa falaciosa difundida para confundir e enganar o eleitorado e que não irá ser concretizada nesse mandato. Palavras e ações em perfeita contradição. Os documentos assim o provam;

19. Ainda assim, pensamos que os fogos que estão agora previstos, são claramente insuficientes para resolver a situação de falta de habitação municipal, para venda a custos controlados e para arrendamento;
20. Lagos com Futuro considera que o problema da habitação em Lagos deve ser encarado com uma maior celeridade e seriedade, como uma prioridade estratégica para a sustentabilidade social e humana do Concelho. Nos próximos 8/10 anos a Câmara deve definir um plano orçamental ambicioso e rigoroso nesta área tão sensível de forma a dar uma resposta robusta a este problema, uma bandeira apenas usada pelo PS para ajudar a ganhar as eleições através de falsas promessas eleitorais;
21. **Reforçar o apoio à Juventude**, passa também por ter uma política de habitação Municipal, que realize uma oferta de fogos para os jovens que hoje são obrigados a viver na casa dos pais até aos 35/40 anos de idade, por impossibilidade de adquirirem um imóvel para habitação própria para constituírem família, devido aos preços proibitivos que se praticam no nosso Município na venda de imóveis para habitação, agravada com a não concessão de empréstimos bancários para este fim devido aos baixos salários versus preços da habitação, em que os Bancos, de uma forma implacável, aplicam os indicadores das taxas de esforço das famílias, para inviabilizarem os empréstimos;
22. A Autarquia tem o poder para agir no ordenamento do território e deve fazê-lo de forma a contemplar terrenos em zonas no nosso Concelho onde a construção de fogos a custos controlados seja um imperativo;
23. Não podemos continuar a cruzar os braços sobre este assunto porque esta problemática já tem quase duas décadas e vai-se agravando de ano para ano, sem que nada seja realizado de uma forma robusta com a real e verdadeira intenção de ser resolvida;

24. Muitos jovens têm procurado em Concelhos vizinhos fogos para habitação, para comprar e alugar. Outros pura e simplesmente imigram e outros ainda procuram emprego em cidades como Lisboa, o que, em qualquer dos casos, conduz a um êxodo significativo da população jovem, que muito prejudica o futuro sócio-económico do nosso concelho;
25. Ainda no Eixo I – **Reforçar a Igualdade Social e a Segurança**, enfrentamos na cidade um grande problema que se tem vindo a agudizar ano após ano. Tratam-se dos grupos de pessoas indiferenciadas que ocuparam e tornaram partes da nossa cidade num ghetto, com cães a acompanharem e ocuparem a via pública, concretizando também as necessidades básicas no espaço público e à frente de todos e, conseqüentemente, dispostos a assustarem os munícipes (constituindo um fator de insegurança para a comunidade). Para além deste aspeto, também o problema da venda de droga ou imitação de droga no Município, tema que tem sido abordado frequentemente, precisa de ter uma resolução musculada. Neste Eixo tem que ser resolvido o problema de Segurança no nosso Município;
26. Sobre o tema da **Segurança**, consideramos que o Sr. Presidente deverá insistir junto do governo central o reforço do número de polícias para Lagos, dado que o número de efetivos são claramente insuficientes e abaixo dos rácios nacionais, tendo em conta o número de habitantes;
27. **Ainda Relativamente à Segurança**, no Eixo Estratégico I, realizou o nosso ex-vereador, em conjunto com o ex .vereador do PSD, Nuno Serafim uma proposta designada **“Valorização do Bombeiro Lacobrigense”**, deliberada por unanimidade em 27-11-2019, há mais de dois anos atrás, que não foi ainda concretizada. Parece que o problema, segundo o Sr. Presidente é da necessidade da elaboração de um Regulamento Municipal, no entanto também não constou nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento para 2021, nem do 2022 que está em cima da mesa para deliberar;

28. Recordamos que a proposta, aprovada por unanimidade, consistia na isenção aos Bombeiros de Lagos do pagamento da Taxa Municipal de Disponibilidade da água, dar acesso gratuito aos serviços de ginásio e Piscinas Municipais e a isenção do IMI, um prémio pequeno para quem arrisca a vida em prol de todos nós;
29. Quando os gestores políticos não valorizam nem respeitam o corpo de bombeiros, homens que arriscam a vida pela segurança dos cidadãos, lembrando ainda que o Sr. atual Vice-presidente era o então comandante dos Bombeiros, à data da aprovação da proposta, não se tendo envolvido para concretizar esta causa, então que cada um retire as ilações sobre esta matéria;
30. **Relativamente ao Reforço da Igualdade Social** é necessário outro tipo de medidas como a atração de investimentos e investidores no Município de Lagos, no sentido de se criar mais riqueza e postos de trabalho em quantidade e qualidade, de forma a retirar as pessoas das dificuldades sociais e económicas que hoje existem, principalmente devido à pandemia. Desta forma também não seriam necessários tantos apoios sociais atribuídos pela Autarquia reduzindo-se assim os efeitos da subserviência dos cidadãos ao poder político instalado;
31. No eixo estratégico II - **Lagos mais Ordenada Acessível e Limpa** - Este eixo estratégico tem sido uma pedra no sapato da nossa Autarquia, desde há alguns anos para cá. As limpezas urbanas da cidade desde 2014 têm sido sofríveis devido à entrada da nova empresa que já ganhou três concursos públicos e a empresa supra Municipal Algar, que é responsável pela Recolha Seletiva de Resíduos de Embalagens Recicláveis (Ecopontos) e tem falhado com as suas obrigações. Da parte dos serviços de Ambiente da Câmara houve uma ligeira melhoria no desempenho, nos últimos 3/4 anos, com a aquisição de novas viaturas e o reforço de equipas de trabalho. Urge continuar a exigir que os serviços em out-sourcing sejam efetivamente cumpridos pelas empresas e é imperativo que o próximo concurso de limpezas urbanas do Município contemple um valor base mais elevado de forma a atrair outras empresas a concorrer e assim poderemos melhorar o **Desempenho das Limpezas Urbanas no Município de Lagos**;

32. A Qualificação do Ambiente Urbano no que respeita à concretização da 3.ª fase do anel verde, embora anunciado antes das eleições de 2017 na comunicação social e referido/inscrito nas GOP para concretizar desde 2018, mas no Plano Plurianual de Investimentos, podemos constatar que só em 2022 e até 2024 se prevê a execução deste projeto. Será que vai ser executado? Ou a execução do orçamento, que tem sido abaixo de 30% no item investimentos, irá deixar este projeto sem execução, o qual já foi anunciado na comunicação social há 5 anos atrás?;
33. A Qualificação do Ambiente Urbano, impõe também um reformular dos projetos de rotundas e zonas de arruamentos onde persistem áreas extensas de relva e deste modo retirar estas áreas verdes substituindo-as por outros materiais decorativos considerando o elevado consumo de água que está inerente à sua manutenção;
34. E também seria importante promover os estudos e projetos necessários para proporcionar o armazenamento de águas pluviais em zonas estrategicamente funcionais do nosso município e um Plano Estratégico Municipal da Gestão da Água, bem como informar as pessoas da evolução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve;
35. No que respeita ao Eixo II (**Lagos Mais Ordenada e Limpa**), relativamente a Melhorar as Acessibilidades e a Mobilidade, não percebemos a razão da não implementação da proposta do nosso ex. vereador, aprovada por unanimidade em 08-01-2020, designada “Lagos passo a Passo”. Se não foi executada em 2020 no mínimo deveria constar nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de 2021 e não foi, nem neste orçamento para 2022. Pretende o Sr. presidente cumprir esta deliberação camarária? Pelas alegações do Sr. presidente, de falta de verbas, acreditamos que não. Contudo as contradições são evidentes porque encerramos o ano com cerca de 30 milhões de euros no banco!;

36. Recordar-se o teor da proposta, que foi posteriormente aprovada por unanimidade uma recomendação na Assembleia Municipal colocada pelos eleitos da LCF, sobre o mesmo tema “Lagos passo a passo”, na reunião de 30-11-2020:

1. *“Se percorrermos a nossa cidade, encontramos todas estas dificuldades e outras no espaço público que deveria ser de todos, existem um conjunto grande de situações impeditivas, que excluem muitas pessoas da sua utilização plena, principalmente aquelas que possuem mobilidade reduzida;*
2. *Podemos designá-las como barreiras arquitetónicas, que ocupam os espaços públicos e principalmente os passeios limitando a utilização de pessoas com mobilidade reduzida (ex: cadeiras de rodas, cadeiras de bebés);*
3. *Como exemplo, que todos nós conhecemos, existem as caldeiras de árvores, os candeeiros de iluminação pública, bolas/prumos, degraus/falta de rampas, papeleiras, sinalização vertical de trânsito, falta de rebaixamento de passeios para o nível da estrada, entre muitos outros;*
4. *Por sua vez também existem muitas passadeiras mal colocadas e mal dimensionadas, que importa corrigir que dificultam a mobilidade de todos nós e que urge corrigir, para que o Município melhore a mobilidade dos peões;*
5. *O nosso Município deve ser inclusivo, também no que respeita a melhorarmos a segurança das nossas ruas e que os nossos passeios se tornem confortáveis e que possam ser utilizados por todos, mesmo aqueles com mobilidade condicionada;*

Proposta

1. *Elaborar um estudo/diagnóstico da situação que nos encontramos no contexto da problemática em apreço, que aponte propostas de alteração das situações que não estão em conformidade;*
2. *Para a concretização do projeto “Lagos passo a passo”, deverão ser lançados posteriormente ao estudo, concursos públicos de obras, faseados, inicialmente na*

Cidade e posteriormente nas Freguesias, para que todo o Município seja intervencionado e torne acessível e seguro para todos;”

Pretende o Sr. presidente executar esta proposta? Julgamos que não, dado que não consta nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2022;

37. O Eixo III – Lagos Mais Sustentável, nomeadamente no que respeita a Promover o Desenvolvimento Económico e Ambiental, carece a nível de economia que se tomem medidas de apoio à economia, para evitar o retrocesso da mesma, tentando manter ativas as empresas do Município e, desse modo, ser necessário concretizarmos algumas propostas de curto prazo de apoio direto à economia, bem como outras propostas mais estruturais e de médio/longo prazo;

38. Atenda-se à seguinte proposta que foi chumbada pelo executivo socialista na reunião de Câmara de 20-05-2021, para promover a economia local, sobre a Criação da I QUINZENA GASTRONÓMICA DE LAGOS:

Preâmbulo

Esta proposta já foi enviada para o Sr. Presidente no âmbito das medidas de apoio à economia local. É imperativo e urgente promover a cidade, através da organização de eventos, de forma a atrairmos muitos turistas visitantes, para alavancar a economia local, que como sabemos está muito débil devido aos muitos meses que muitas empresas estiveram encerradas devido ao Covid 19. Uma quinzena gastronómica é sem dúvida uma boa medida.

Considerando que:

- 1. O objetivo deste projeto é o de potenciar a economia local e promover o que no nosso Município temos de melhor, a nível de gastronomia, escolhendo um tema gastronómico adequado, mais a doçaria e vinhos, em articulação e COOPERAÇÃO com todos os empresários locais;*

2. *Lançar a I Quinzena Gastronómica de Lagos, poderia ser organizada em Setembro, em datas a ponderar e discutir entre os membros da Câmara e com profissionais de Hotelaria do nosso Município;*
3. *Convidar todos os Restaurantes do Concelho de Lagos que queiram participar. Estender o convite às unidades de alojamento, aos produtores de vinhos de mesa e às doceiras, todos empresários locais (ou com negócios no nosso Município) para participarem neste projeto, com COOPERAÇÃO de todos e entre todos;*
4. *Como sugestão (que não tem que ser obrigatoriamente desta forma) os restaurantes participantes, poderiam elaborar um pequeno menu extra (menu da quinzena) para os clientes que desejem participar neste projeto Gastronómico. Esse menu seria constituído por entradas e pratos principais alusivos ao tema (três/quatro), e ainda igualmente 3/4 sobremesas típicas regionais/loais. Adicionalmente o menu incluiria uma sugestão de um vinho de mesa (Branco/Tinto/Rosé), bem como uma bebida aperitiva e outra bebida digestiva, produzido por um empresário local;*
5. *Tanto quanto possível os pratos a incluir no cardápio de cada restaurante, deveriam refletir as tradições gastronómicas locais;*
6. *Relativamente às sobremesas a promover nesta Quinzena Gastronómica, a Câmara poderia elaborar/sugerir uma lista de várias sobremesas de especialidade local, sendo que cada restaurante optaria por aquelas que entendesse. Adicionalmente e numa próxima edição deste evento a Autarquia pode desafiar as doceiras locais a pesquisarem e produzirem receitas antigas, de cariz inovador, sobretudo inspiradas em saberes de gerações antigas com o objetivo de produzir “novas” sobremesas e “novos doces”;*
7. *Seria elaborado pela Câmara uma lista de nomes e contactos de empresas/empresários participantes na quinzena gastronómica, de restaurantes, unidades de alojamento, produtores de vinhos e doceiras. Estas listas seriam públicas, de forma a que cada participante saiba quem são os restantes empresários participantes para potenciar e criar sinergias entre todos;*
8. *Os restaurantes participantes deveriam, alocar à Quinzena Gastronómica um mínimo de 20% da sua capacidade;*
9. *Todos os participantes deveriam promover nos seus websites e redes sociais, este evento e no caso das unidades de alojamento e como sugestão poderiam*

aproveitar para oferecer um pequeno desconto do alojamento aos clientes (não obrigatório), que queiram participar na quinzena gastronómica e façam pelo menos uma reserva nalgum restaurante participante;

- 10. As unidades de alojamento deveriam colocar no seu hall de entrada um painel idêntico ou igual ao que deverá ser fornecido, pela nossa Câmara, aos restaurantes participantes para promoção do evento de forma a uniformizar a Comunicação/Marketing;*
- 11. O papel da nossa Autarquia seria o de coordenar e organizar este evento. A promoção das quinzenas gastronómicas de Lagos, deveriam ser realizadas através de uma empresa de comunicação/marketing de prestígio (conforme já falamos em reuniões anteriores), com a responsabilidade/tutela da nossa autarquia;*
- 12. Como sugestão a Câmara deveria incluir na promoção do evento no seu Website, e informar quem são os participantes, disponibilizando também um link de cada participante (website e/ou redes sociais, contactos, entre outros), que no caso, por exemplo, das unidades de alojamento, poderia ser exportado imediatamente para a página das reservas da respetiva unidade de alojamento;*
- 13. A Câmara deverá ser o coordenar deste projeto, e deverá promover o mesmo através da empresa de Comunicação e Marketing que pretende contratar para a realização da campanha de marketing e Comunicação do nosso Concelho. Era aconselhável, para destacar o lançamento da I Quinzena Gastronómica do Lagos, que fosse publicitado de várias formas, na imprensa nacional, em Jornais, revistas, e na própria televisão, entre outras formas de publicidade positivas. Seria o início de um processo de divulgação da imagem da nossa Autarquia, que se pretende ser potenciador da atividade económica local;*
- 14. Todas as sugestões aqui expressas, são apenas meras orientações para a implementação deste evento, mas compete em última instância ao Sr. Presidente refletir, analisar e decidir a melhor forma de organizar, promover e monitorizar o mesmo. Nesse sentido a proposta está aberta para sugestões e alterações, por parte dos Vereadores da Câmara, de forma que o produto final, não só ajude economicamente os empresários de Lagos, mas que potencie a promoção da imagem do nosso Concelho.*

Proponho

- 1- A criação do I QUINZENA GASTRONÓMICA DE LAGOS, preferencialmente no mês de Setembro em datas a decidir com o objetivo de potenciar a economia local;*
- 2- Enviar para a comunicação social a informação da aprovação desta proposta;*

40 – Realizamos também a seguinte PROPOSTA - “Criação de Festival de Música de Verão em Lagos”, para promover a economia local. Apresentamos a mesma na Reunião de Câmara de 05-02-2020, para ajudar a economia local tendo a mesma sido incompreensivelmente chumbada pelo partido da maioria.

Considerando que:

- 1. Os Festivais de música são fenómenos emergentes a nível nacional, que se realizam durante a época de Verão, e que contribuem para o desenvolvimento local, nomeadamente no que concerne à potenciação da imagem da cidade nas diversas vertentes, como sejam, o turismo, a economia, a política e o social;*
- 2. Em Portugal são realizados vários festivais de música que tem impactos muito positivos nas áreas onde são realizados e nas vertentes referidas no ponto anterior, como são exemplo: 1- O Meo Sudoeste que movimenta cerca de 200 mil espectadores por edição, com uma faturação superior aos 3 milhões de euros, 2- O Nós Alive que movimenta cerca de 150 mil espectadores por edição, com uma faturação superior a 5 milhões de euros; 3- O Vodafone Paredes de Coura que movimenta mais de 100 mil espectadores por edição, com uma faturação superior a 2 milhões de euros; 4- O Super Bock Super Rock que movimenta cerca de 90 mil espectadores por edição, com uma faturação superior a 2 milhões de euros; 5- Meo Marés Vivas que movimenta cerca de 90 mil espectadores por edição, com uma faturação de cerca de 1,5 milhões de euros; 6- Nós Primavera Sound que movimenta cerca de 70 mil espectadores, com uma faturação superior a 2 milhões de euros. Para além deste Festivais mais mediáticos, são também organizados Festivais em inúmeras Autarquias por todo o País e Ilhas;*

3. *Lagos enquanto cidade turística por excelência possui condições ótimas para a realização deste tipo de eventos, nomeadamente pela oferta turística existente, quer a nível de alojamento (hotéis, alojamentos locais, parques de campismo, entre outros), quer a nível de restauração, que associado à beleza natural da cidade, que incluem as praias, falésias e ainda das boas temperaturas, que atrai desde sempre um público jovem, reúne todas as condições para a realização anual de um evento desta natureza;*
4. *Existem várias empresas a nível nacional que são especialistas em organizações deste tipo de eventos e que a nossa autarquia pode convidar uma delas a realizar uma parceria para a realização deste evento com a nossa autarquia, ou utilizar o mesmo modelo de organização dos festivais referidos anteriormente, ou seja, convidar uma empresa com uma marca de prestígio, para organizar o festival com uma perspetiva empresarial, cedendo a autarquia um espaço (a definir, junto ao Estádio Municipal seria uma hipótese dado que os balneários junto ao Campo 2 podiam ser afetados ao Festival) para a realização do mesmo;*
5. *Este evento contribuirá para a imagem da nossa cidade de uma forma muito positiva e beneficiará a atividade económica na nossa Autarquia, como acontece com as localidades onde são organizados os festivais;*
6. *A duração do festival (a combinar) poderia por sugestão ser de 3 a 5 dias, com um modelo idêntico a outros festivais, nomeadamente no convite a artistas nacionais e estrangeiros de referência e com oferta de restauração no local durante as horas do espetáculo;*
7. *Como se trata de um festival de verão, a sugestão seria de realizar na segunda semana de setembro, em datas onde os jovens ainda se encontram em férias de verão, que no caso do ano de 2020, poderia ser entre os dias 9 de setembro (quarta-feira) e o dia 13 de setembro (Domingo), ou noutras datas alternativas a combinar;*

Proposta

Iniciar démarches para a realização do I Festival de Música de Verão de Lagos, contactando potenciais interessados para a realização do mesmo, em parceria com a Autarquia, ou cedendo a Autarquia a realização do mesmo a uma empresa de prestígio, com condições a contratualizar, que implicará a inclusão no nosso Município no roteiro dos Festivais de Música de Verão no nosso País.

41- Realizamos uma outra proposta para apoiar a economia local, na reunião de Câmara de 12-05-2021, que foi aprovada por unanimidade, designada por **ESTUDO DE LOCAL E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PARQUE MULTIUSOS DE FEIRAS, EVENTOS E MERCADOS NO NOSSO MUNICÍPIO**, mas estranhamente, e à imagem de muitas outras propostas, não está considerada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, a qual se descreve de seguida:

Considerando que:

- 1. Desde as eleições de 2001 que o PS considerou no seu Programa Eleitoral a construção de um Parque Multiusos de Feiras, Eventos e Mercados;*
- 2. Passados que são 20 anos de gestão do partido socialista, a construção desse equipamento continua por concretizar, pese embora a importância estratégica do mesmo;*
- 3. A construção de um equipamento desta natureza, permitiria organizar o espaço em apreço de uma forma mais profissional, e promover eventos das mais variadas áreas todo o ano, potenciando a economia local;*
- 4. A definição de benchmarking da Comissão Europeia diz-nos que este é um “processo contínuo e sistemático que permite a comparação das performances das organizações e respetivas funções ou processos face ao que é considerado o*

melhor nível, visando não apenas a equiparação dos níveis de performance mas também a sua superação”.

5. *Nesse sentido o nosso Município pode realizar um périplo por outras autarquias, muitas aqui perto da nossa e implementar um equipamento deste tipo, tentando se possível superar o existente noutros locais.*

PROPOSTA

- 1- *Iniciar um estudo de um local apropriado para a implementação, no nosso Município, de um equipamento multiusos, já existente em quase todos as Autarquias do nosso País, para a realização de uma forma condigna, de FEIRAS, EVENTOS E MERCADOS;*
- 2- *Informar a comunicação social de aprovação em Reunião de Câmara, da presente proposta.*

Mais propostas para apoiar a economia:

- Apostar na realização de um Roteiro Turístico do Concelho de elevada qualidade de conteúdos e gráfica, com indicação dos locais a visitar, do património histórico mais relevante, das paisagens urbanas e naturais, dos produtos locais (gastronomia, artesanato, vinhos, etc.);
- Reformular locais da nossa Avenida de forma a implementar bolsas de estacionamento para autocarros de turismo no sentido dos mesmos poderem estacionar, e dando hipótese mais turistas visitarem a nossa cidade;
- Para facilitar a atuação das empresas e apoiar os empresários, criar o Gabinete do Empresário e do Investidor com uma estrutura multidisciplinar, ou seja, com técnicos de várias áreas autárquicas e políticos que possam responder

atempadamente às solicitações de investidor. Este órgão de natureza estratégica, deve-se juntar de forma potencializar sinergias, a capacidade e a experiência dos empresários e investidores, com técnicos, investigadores e cientistas qualificados nas respetivas áreas de negócio e de saberes, por forma a valorizar a imagem de marca “Lagos dos Descobrimentos” e a promover a economia e os negócios locais;

- Isenção de pagamento de estacionamento na Avenida durante os meses economicamente mais problemáticos de 2022, nomeadamente: Janeiro, Fevereiro, Novembro e Dezembro;
- Criação de apoio ao arrendamento comercial, atribuindo uma verba, durante o ano de 2022, para ajudar a pagar as rendas comerciais, com a elaboração de um regulamento para o efeito;
- Voltar a isentar o pagamento de taxas de publicidade e de pagamento da área de esplanadas para 2022;
- Isenção de pagamento de rendas Municipais, em 2022, nos Estabelecimentos Comerciais em Espaços Municipais;
- Ajuste das rendas de fogos Municipais, em caso de quebra de rendimentos da família;
- O Município, logo que seja possível (após a pandemia) em colaboração com as empresas e cidadãos deve assumir a liderança em conceber um programa promocional bem fundamentado e estruturado de atração do investimento privado para ganhar a atenção de investidores internacionais. Nele potenciar o clima, a segurança, a qualidade paisagística, ambiental e urbana, a ligação histórica e patrimonial sob a marca “Lagos dos Descobrimentos”, posicionando-a nos mercados mais adequados e nos nichos do mercado turístico internacional com maior potencial na criação de riqueza e motivando e apoiando os nossos

empresários para que estes se integrem nesse programa e consigam conquistar mercados para os seus produtos e serviços;

42- Sobre Promover o Desenvolvimento Ambiental e, face às ruturas de água que têm acontecido, é aconselhável que todos os anos sejam previstas montantes no orçamento para substituir condutas de água mais antigas. Lembramos que no Bairro Operário a Câmara Municipal depois de muitas ruturas de água, tiveram que ser substituídas as condutas de água para acabar com as sucessivas queixas dos cidadãos. Em Bensafrim, e após mais de 4 anos, em que a Câmara isentou o pagamento da água aos seus habitantes devido a mais de 20 anos de ruturas da conduta principal de água que abastece Bensafrim, estranhamente, e depois de tanto tempo, a conduta definitiva ainda não foi substituída;

43- Entretanto têm acontecido ruturas, em vários sítios da cidade (a mais conhecida é a conduta a partir da rotunda do Barco) que já rebentou várias vezes e que urge a sua substituição, dado que é grande o stress das pessoas quando lhes falta a água, como é natural. Verificaram-se cerca 171 roturas reparadas de janeiro a outubro mais 71 fugas de águas invisíveis – Total: 242 deficiências. Quanto é que essas perdas de água representaram de custos para a Autarquia? Não estará na altura de se substituírem as condutas mais antigas por novos sistemas e materiais mais adequados?;

44- Relativamente ao Eixo III, e no que concerne a Valorizar o Património Imobiliário Cultural e Natural, chamamos à atenção da proposta que foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de 08-01-2020, designada por “Iluminação das Muralhas”, apresentada pelo nosso ex. vereador, que não foi operacionalizada até agora, nem sequer colocada nas Grandes Opções do Plano, nem no Orçamento, nem 2021 nem em 2022, que recordamos o teor da mesma:

Considerando que:

- 1. A iluminação das muralhas, foi um projeto bem planeado, e melhor executado e que melhorou substancialmente o aspeto das nossas muralhas e torresões;*

2. *Durante alguns anos, esta iluminação tornou-se num dos ex-libris da nossa cidade, à imagem do que acontece noutros Municípios;*
3. *Por variadas razões este projeto acabou, dado que a iluminação das muralhas e torreões, lamentavelmente deixou de existir;*

Proposta

1. *Voltar a implementar o projeto da iluminação do nosso pano de muralhas e torreões, lançando um concurso público de execução, caso seja necessário, para dignificar novamente o nosso património histórico e cultural.*

45- Pergunta-se ao Sr. presidente se tem intenções de executar a deliberação de Câmara para iluminar o pano de muralhas? Pensamos que não porque nada está contemplado nas GOP!;

46- Avaliar a realocização do novo Quartel de Bombeiros. Continuam as dúvidas sobre o que fazer com o quartel da Bombeiros, dúvidas essas que já vêm expressas em vários documentos de anos anteriores do documento das GOP. Existem terrenos para o realocar? Se sim, quais as opções? São terrenos camarários? Se não são, quanto vão custar? Tem a Câmara Municipal desafogo orçamental para ajudar a construir um quartel de raiz, ou são os Bombeiros que vão pagar este novo equipamento? São estas questões que se deveriam ter como esclarecidas;

47- A Criação de uma Identidade para as rotundas, para as requalificar, carece de melhor fundamentação, já que até hoje não existe nenhuma identidade para as rotundas. Esta é uma obra que tem vindo a ser adiada ano após ano. Este projeto, embora prometido há muitos anos, ficou, pensamos nós, para as calendas Gregas;

48- Relativamente ao Eixo III, e no que concerne a Valorizar o Património Imobiliário Cultural e Natural, realizamos uma Moção na Assembleia Municipal de Lagos de

26 de Abril de 2021, que foi aprovada por unanimidade, designada Viabilização de melhores condições para o Arquivo Municipal, que à imagem de muitas outras propostas/moções aprovadas, não consta no Orçamento, ou não conseguimos entender se existe alguma verba para esse efeito. Existe uma referência nas GOP no objetivo estratégico E.09.08- Promover a Construção de Edifício Municipal de Arquivo e de Atendimento ao Público, que não conseguimos descortinar no PPI ou no orçamento das despesas, como é que vai ser concretizado, ou a aquisição de edifício ou a construção de raiz? Ou essa proposta é mais uma que não vai ser executada, mas é referida nas GOP? Passamos a descrever a nossa proposta que realizamos na AM:

49- Ora, considerando que:

- Os documentos estão parcialmente em risco de conservação por falta de condições físicas e climatéricas adequadas;
- Existe uma dispersão do Arquivo Municipal por diferentes espaços da cidade, alguns sem qualquer condição para o efeito;
- Urge dar uma maior dignidade aos documentos, que retratam a memória coletiva do nosso Município e ao mesmo tempo tornar mais simples a consulta dos documentos;

Face ao exposto, os eleitos de Lagos com Futuro propõem que a assembleia, reunida em 26 de abril de 2021, delibere no sentido de solicitar ao Executivo Municipal:

1. Instituir um espaço para o Arquivo Municipal, com a maior celeridade possível, recorrendo aos meios considerados adequados de forma a garantir a salvaguarda dos documentos em risco de preservação e com o objetivo de juntar todo o acervo documental num mesmo espaço, elaborando um layout adequado para esse fim, em função da diversidade documental em apreço;

2. Iniciar procedimento concursal, para que em regime de outsourcing, se inicie a digitalização dos documentos mais importantes do nosso acervo documental;
3. Integrar no próximo Orçamento Municipal a verba necessária para lançar o procedimento administrativo para aluguer/aquisição/construção de um espaço adequado ao Arquivo Municipal e Centro de Documentação;
4. Identificar as necessidades de recursos humanos para evitar a sobrecarga dos funcionários em exercício, tornando mais célere também a organização e conservação dos documentos;
5. Dar conhecimento desta deliberação à Câmara Municipal de Lagos.
6. Remeter cópia da moção para os órgãos de comunicação social.

50- Relativamente ao Objetivo **Estratégico IV (Lagos mais próxima das pessoas)** –

Incrementar a participação dos Cidadãos – esta tem sido uma lacuna da nossa Autarquia e até o Orçamento Participativo tem tido um desempenho bastante abaixo do que se pretendia. Existem muitas formas de apelar à participação das pessoas e que devem ser consideradas, nomeadamente e como exemplo a que Lagos com Futuro lançou no FB, **O PROJECTO AMAR LAGOS** (<https://www.facebook.com/Lagos-com-Futuro-165849743594430>), onde solicitamos a participação dos cidadãos, com ideias e sugestões, para melhorar a cidade e consequentemente tivemos muita participação até ao momento, nomeadamente cerca de 200 comentários e e-mails, mais de 1000 likes e de 300 partilhas. Vamos continuar a promover esta participação e outras do género, porque é isso que as pessoas esperam dos políticos, ou seja, que as escutem. Quando menos esperamos, acabamos por receber ideias que podem se tornar mais-valias para a cidade;

51- De seguida vamos descrever uma proposta que realizamos na Câmara Municipal, pelo nosso ex-vereador em 08-1-2020, em representação da LCF, que foi aprovada por unanimidade, mas que não foi ainda executada, nem considerada nas GOP,

nem no Orçamento, que se designa por “Realização de Protocolo com Universidades no âmbito de trabalhos científicos sobre o nosso município, para a concretização de uma estratégia Municipal”, pergunta-se ao Sr. presidente se pretende fazer cumprir esta deliberação da Câmara?

Proposta:

Considerando que:

- 1. As Autarquias desde há anos, procuram através da realização de Planos Estratégicos, o desenvolvimento sustentável dos seus territórios. O novo paradigma autárquico, impõe novas soluções, tendo em conta, não a continuação apenas e só do antigo paradigma da “obra visível”, que provocou elevados endividamentos nas Autarquias, mas também através de novas soluções para os Municípios, que permitem um maior desenvolvimento económico/social, através da participação de todos os interessados, que somos, em primeiro lugar, todos nós, contribuindo com a discussão de ideias, mas também, associado, com acordos/protocolos com as Universidades, tendo em conta as suas competências, e onde se produz, mais e melhor “Conhecimento Científico”;*
- 2. Realizar diagnósticos das nossas fraquezas e forças, das oportunidades e ameaças latentes nos mercados, abrindo esta discussão, às diferentes sensibilidades existentes na Universidade, nomeadamente no âmbito das disciplinas de economia/gestão, do urbanismo/arquitetura, da sociologia, do marketing e comunicação, da biologia ambiental, marinha e terrestre, do social, do desporto, do turismo, das engenharias, da saúde, entre outros, é um novo caminho que terá que ser percorrido, casando todas os diversos conhecimentos/ciências;*
- 3. Convidar alunos de Universidades, através de um protocolo de cooperação, que estejam a concluir licenciaturas, que estejam a frequentar cursos de mestrados, de doutoramentos e pós doutoramentos, que queiram realizar trabalho técnico e científico no âmbito de trabalhos e estudos universitários, sobre a nossa Autarquia, é um novo e inovador caminho, para obtermos conhecimento científico sobre a nossa terra, e conseguirmos diferenciar e situar*

estrategicamente a nossa cidade, tendo em conta as suas especificidades, comparativamente com outras cidades;

- 4. Convidar alunos da universidade, que queiram vir realizar estágios profissionais na nossa autarquia, no âmbito da conclusão de licenciaturas, também pode ser outra medida potenciadora de mais-valias para a nossa autarquia;*
- 5. Através de acordos de cooperação com Universidades, podemos encetar um novo caminho, diferenciado e inovador na sua implementação;*
- 6. Todos os contributos académicos/científicos, serão vertidos para um documento estratégico Municipal, para os próximos 15/20 anos, que resultará numa visão futura, científico do nosso Município.*

Propomos:

- 1. Encetar conversações com a Universidade do Algarve e/ou com outras Universidades Nacionais e Estrangeiras, elaborando um memorando de apresentação do projeto, no sentido de aprofundar acordo(s) de cooperação, inovadores na sua essência, com a nossa Autarquia, com o objetivo de encontrar novas “visões” estratégicas para o futuro da nossa Terra, e consequentemente nos projetarmos para patamares superiores de desempenho Autárquico;*
- 2. É também uma forma de podermos fixar estudantes de mestrado e doutoramento que possam regressar a Lagos no pós-licenciatura, convidando as universidades a fomentarem estes níveis académicos no nosso concelho em áreas relacionadas com o turismo de natureza, investigação na economia do mar, etc, e bem como incluir as disciplinas de economia/gestão, do urbanismo/arquitetura, da sociologia, do marketing e comunicação, da biologia ambiental, marinha e terrestre, do desporto, do turismo, das engenharias, da saúde, entre outras áreas que se venham a definir, para a realização de trabalhos de conclusão de cursos, em estudos de caso sobre o Município de Lagos. Estes níveis académicos, por*

terem um universo populacional mais reduzido que as licenciaturas, poderia ser viabilizado com o apoio logístico da CML;

- 3. Enquadrar no âmbito do regulamento das bolsas de estudo, ou outro regulamento mais favorável a elaborar, pagamentos de bolsas, que permitem uma maior atratividade a este projeto de alunos de excelência.*

Outras propostas

- 52- Sobre Desporto- Com vista à promoção do desporto propomos a criação do Conselho Municipal do Desporto, nele participando técnicos municipais, representantes das associações e clubes, dos treinadores e dos atletas, destinado a definir os objetivos do sector, a coordenar e a elaborar um plano estratégico plurianual das atividades desportivas, programando em conjunto com as associações do sector a realização dos diferentes eventos e competições;
- 53- E ainda sobre desporto, valorizar a zona envolvente ao Estádio Municipal, para passar a funcionar como um espaço qualificado para a prática desportiva e de lazer da nossa cidade, ou em alternativa concretizar o Espaço/Pavilhão Multiusos neste espaço da cidade;
- 54- Sobre Proteção animal- Garantir um Município livre de espetáculos que explorem animais, como circo e touradas. Criar um banco alimentar para apoiar cuidadores de animais de rua. Instalar um forno crematório Municipal para animais domésticos, respondendo às necessidades de encontrar uma solução digna, bem como para cumprir as regras comunitárias;
- 55- Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, gostávamos de perceber o que é que se trata a “aquisição de edifício” com o Código de Classificação Orçamental 010207010307 que tem um investimento em 2022 de 1.528.220 euros e até 2027 estão considerados 6.328.2220 euros?

- 56- No orçamento das despesas continua a enfermar dos mesmos males desde há muitos anos a esta parte, existem imensas rubricas designadas de “outro” e “outros”, que grande parte está inscrita com valores muito baixos (50 euros), bem como muitas outras rubricas, que não entendemos a designação, que estão rubricas abertas por valores de 50 euros, que não sabemos das razões destas situações porque nada é dito e explicado sobre estas rubricas, que não abona nada o Executivo socialista;
- 57- Acresce, por exemplo, que existem várias rubricas, das quais vamos escolher apenas cinco, a título meramente ilustrativo, para questionar e tentar perceber os valores inscritos no orçamento no lado da despesa, os quais passamos a referir nos pontos seguintes;
- 58- Rubrica da despesa com o n.º 07030301 (Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares) que está inscrito a verba de 2.552.450 euros, em 2022, e aparentemente são referidas mais verbas nos anos seguintes, conforme Plano Orçamental Plurianual. Nas PPI consta apenas 70.000,00 euros até 2024, considerado na página 14 das PPI, na rubrica 07030301 (Requalificação do viaduto sobre a estrada da Ponta da Piedade/ Avenida das Comunidades Portuguesas), o que não é entendível; Pág. 126 GOP - Pág. 147 PPI
- 59- Rubrica da despesa com o n.º 07030302 (Sistema de drenagem de Águas Residuais) que está inscrito a verba de 2.532.000 euros, em 2022, e aparentemente são referidas mais verbas nos anos seguintes, conforme Plano Orçamental Plurianual. Não consta nenhum valor nas PPI, nem se percebe nas GOP do que se trata este valor;
- 60- Rubrica da despesa com o n.º 07030305 (Parques e jardins) que está inscrito a verba de 2.347.500 euros, em 2022, (Pág. 121 – Divisão Ambiente e Serviços Urbanos) e aparentemente são referidas mais verbas nos anos seguintes, conforme Plano Orçamental Plurianual; e 51.000,00 em 2022 (pág. 126 – Divisão de Urbanismo, licenciamento e fiscalização) Não consta nenhum valor nas PPI, nem se percebe nas GOP do que se trata este valor;

- 61- Rubrica da despesa com o n.º 07030313 (Outros) que está inscrita a verba de 5.278.000 euros, em 2022, e aparentemente são referidas mais verbas nos anos seguintes, conforme Plano Orçamental Plurianual. Não consta nenhum valor nas PPI, nem se percebe nas GOP do que se trata este valor. Esta rubrica ainda é mais grave, porque para além de estar referida a designação “OUTROS”, corresponde a um valor muito elevado de mais de 5 milhões de euros;
- 62- Rubrica da despesa com o n.º 070305 (Bens de Património Histórico) que está inscrito a verba de 4.247.100 euros, em 2022, e aparentemente são referidas mais verbas nos anos seguintes, conforme Plano Orçamental Plurianual. Não consta nenhum valor nas PPI, nem se percebe nas GOP do que se trata este valor. O nosso património histórico encontra-se numa fase de degradação galopante, que se vem a agravar de ano para ano, devido a não terem existido intervenções/obras, para a sua conservação. Devia ser clarificado nestas GOP e orçamento para 2022, as obras conducentes à recuperação do nosso património histórico, nomeadamente: 1- Forte do Pau da Bandeira (ou da Ponta da Bandeira); 2- O pano de muralhas e torreões; 3- O forte da Meia praia; 4- O muro junto ao forte Pau da Bandeira; 5- O paredão do rio que ruiu; 6- A fixação das arribas, da D. Ana até ao Pinhão; 7- Atribuir meios humanos, financeiros e materiais para finalizar as obras das ruínas da Ponte do Moleão; 8 - Reconstrução das escadas do Canelas;
- 63- Num dos eixos estratégicos E. 10.07 (Continuar o movimento Start-Up em Lagos), uma grande novidade, para Lagos com Futuro, que não conhecemos nenhuma empresa Start-Up que esteja a ser monitorizada por algum programa da autarquia. No entanto deixamos o benefício da dúvida, até porque o documento das GOP é sem dúvida muito criativo;
- 64- Em conclusão, somos da opinião que perdemos, mais um ano, a oportunidade de realizar um orçamento baseado num documento de apoio (as GOP) que fosse realista e considerasse apenas os objetivos estratégicos a concretizar em 2022 e não debitar ações que são impossíveis de concretizar em 2022, a não ser que esperemos

mais uma dúzia de anos. A redação das GOP, com tantas ideias, podiam ser aproveitadas, como documento de trabalho, para apoiar a elaboração de um documento estratégico para o nosso Concelho, para se identificar quais as ideias que são exequíveis;

65- A discussão de Orçamento Municipal e das Grande Opções do Plano deve ser realizada de uma forma séria e competente, atendendo que, desta discussão, emergem as políticas a serem implementadas em prol do Município e dos munícipes. Infelizmente, para além da apresentação da proposta da Câmara realizada pelo Sr. Presidente, a discussão da proposta não existiu. A nossa opção foi de concretizar um documento no âmbito da Declaração de Voto, que traduzisse um conjunto de propostas, algumas delas já aprovadas, mas não concretizadas, outras que foram chumbadas, mas que deveriam ser repensadas dada a conjuntura adversa que atravessamos levando a que se torne imperativo concretizar medidas para protegermos a economia local e a potencializarmos ao seu melhor nível.

66- Por todos estes motivos aqui enunciados, os Eleitos de Lagos Com Futuro vão votar pela abstenção os documentos do Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o Ano de 2022.

Os Eleitos de Lagos com Futuro na Assembleia municipal

Fernando Ildefonso

Filomena Sena

27 de dezembro de 2021